



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 145/XII/ 3.ª SL

Aos 08 dias do mês de julho de 2014, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1ª Parte

Audição do Professor Mário Ruivo sobre o tema: "O mar português no desenvolvimento sustentável ao serviço da comunidade nacional".

2ª Parte

1. Informações;
2. Pedido do Presidente da República de assentimento da Assembleia da República à sua deslocação, entre os dias 18 e 25 de julho próximo, a Díli, a fim de tomar parte na X Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, e à República da Coreia, em Visita Oficial, a convite da Presidente Park Geun-Hye.

O Senhor Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, no início da reunião, submeteu a votação o pedido do Presidente da República de assentimento da Assembleia da República à sua deslocação, entre os dias 18 e 25 de julho próximo, a Díli, a fim de tomar parte na X Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, e à República da Coreia, em Visita Oficial, a convite da Presidente Park Geun-Hye, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

De seguida, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Professor Mário Ruivo, apresentando-o como uma autoridade no domínio dos assuntos do mar. Considerou que a matéria em apreciação se inscrevia nas competências atribuídas à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, tendo em conta a importância dos recursos estratégicos para o futuro do país e para a política externa, uma vez que o mar constitui matéria central para os interesses de Portugal. De seguida, informou como decorreria a audição e deu a palavra à personalidade convidada.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 145/XII/ 3.ª SL

O Senhor Professor Mário Ruivo começou por agradecer a iniciativa da Comissão, consubstanciada no convite que lhe havia sido dirigido e procedeu à sua apresentação, em *PowerPoint*, salientando que se tratava de transmitir a sua visão e perspetivas sobre o mar, na medida em que, os negócios estrangeiros sendo uma componente importante desta matéria, era interessante reativar o seu desenvolvimento. No uso da palavra, referiu que a Estratégia Nacional para o Mar 2006-2016 - e a maximização da articulação da ação de Portugal nos *fora* internacionais e enquadrada na Agenda Internacional dos Oceanos - tem em conta que o mar português se insere no mar universal. No quadro dos dispositivos disponíveis, considerava que, evolutivamente, o mandato e a colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, neste domínio, vinham desenvolvendo uma atividade relevante.

A apresentação centrava-se na reflexão sobre a mencionada estratégia, entendida como ativo determinante, do ponto de vista da perceção atual; na ocupação tridimensional que é o oceano, ligado aos recursos minerais e energéticos e, portanto, já não se limitando apenas à vertente das pescas; no desenvolvimento sustentável, incluindo os interesses das gerações futuras. Assim, a apresentação focava os elementos de análise atuais; a atual visão do oceano como uma base científica; e a referência ao mar e estruturas institucionais, centrando-as no novo paradigma. De igual forma, tinha tido em conta a estratégia 2014-2020 para o mar. Em seguida, referiu alguns aspetos relevantes do atual regime, assente na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), alterada pela Conferência do Rio-1992 e complementados por instrumentos como a Convenção-Quadro sobre Clima e a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Ainda, pela sua importância, mencionou o Acordo de Lisboa, assinado em 1990, que criou o Centro Internacional de Luta Contra a Poluição do Atlântico Nordeste – CILPAN, e que envolveu a participação de Portugal, França, Marrocos, Espanha e da Comunidade Europeia; depois de várias dificuldades, nomeadamente a complexa negociação, surgida da necessidade de proteção das costas e das águas do Atlântico Nordeste face aos acidentes havidos que tinham poluído as costas.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 145/XII/ 3.ª SL

Sobre a Convenção do Rio, 1992 - Convenção sobre o Ambiente e Desenvolvimento Humano, para além dos princípios fundamentais, particularmente os objetivos do desenvolvimento sustentável, focou as disposições relativas à gestão dos recursos vivos e das pescas, de acordo com o seu enquadramento ecossistémico. E, mais adiante, pronunciou-se sobre a Cimeira Rio +20 e a aprovação, por consenso, da Declaração “ O futuro que desejamos”. Em Portugal verifica-se um paradoxo, isto é, detendo o país a mais vasta zona económica exclusiva da UE, a capacidade para investir no mar tem vindo a estacionar, o que pode vir a implicar o risco de se tornar vulnerável, tendo em conta o crescente número de navios de investigação estrangeiros que se desloca ao país. Os navios de investigação portugueses Noruega e Arquipélago contribuem para a formação de recursos humanos e constituem a capacidade nacional neste domínio. Atualmente há projetos em desenvolvimento, em parceria com instituições estrangeiras.

Continuando no uso da palavra, referiu-se à evolução do processo de estruturação da administração portuguesa respeitante aos assuntos do mar, e à sensibilização da opinião pública e da vertente política para a potencialidade do espaço marítimo português, em consequência da realização da Expo 98 que, em muito contribuiu para a criação em Portugal de organismos internacionais como a Agência Europeia de Segurança Marítima e o Centro Europeu de Informação em Ciências e Tecnologias do Mar- EurOcean. Considerou, contudo, que era importante revitalizar a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM) e evidenciar o sistema de apoio, atualmente assegurado pela Direção-Geral de Política do Mar (DGPM).

Por fim, considerou que a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas poderia contribuir para o acompanhamento da Estratégia Nacional para o Mar e para a concretização do regresso de Portugal ao mar, como projeto nacional. Tal desiderato, configurado como objetivo, requereria negociações diplomáticas a nível europeu e internacional, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, esperando que este processo viesse a ter impacto no domínio da compatibilização entre a Estratégia Nacional para o Mar e a Política Marítima Integrada Europeia e o eventual ajustamento da CNUDM, como resposta à interação entre as sociedades humanas e o oceano.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 145/XII/ 3.ª SL

A final, a questão que colocava era “Seremos capazes de pensar e agir este projeto nacional?”

O Senhor Presidente da Comissão interveio para agradecer a exposição e, em seguida, deu a palavra aos Senhores Deputados para se pronunciarem.

Intervieram para apresentar questões os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), Gabriela Canavilhas (PS), Ana Paula Vitorino (PS), Carla Cruz (PCP) e Filipe Lobo d’Ávila (CDS-PP), as quais foram individualmente respondidas.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) pronunciou-se sobre a importância que representa o mar como tema consensual entre os partidos do arco da governação, e a sua integração na agenda política; o mar e a sua relevância em áreas, para além das pescas e da defesa; a visão transversal no quadro da política nacional; e sobre as Ilhas Selvagens, questionava se a reclamação espanhola poderia constituir um entrave para estender a plataforma portuguesa.

O Senhor Professor Mário Ruivo respondeu que havia convergência de posições, relativamente ao mar. Era preciso reativar a CIAM e a Direção-Geral da Política do Mar e proceder a uma análise cada vez mais descentralizada; era necessário valorizar a componente do mar nos vários Ministérios; sobre as Ilhas Selvagens, conhecia grupos de juristas que defendiam o conceito de que ilha deve ter zona económica; considerava que o problema deveria ser resolvido através de *joint-ventures*, sob controlo português.

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) lembrou que a matéria referente ao mar era tão importante para Portugal como era o plano das artes e da cultura, tendo em conta que integravam o património imaterial nacional. Teria que ser criada uma cultura do mar e valorizados os próprios recursos, desenvolvendo novas tecnologias de ponta e recriando para o mar o que se criava para o espaço terrestre. Tendo em conta os quatro milhões de km² de território nacional, portanto de soberania, qual o peso de Portugal na tomada de decisão, no plano europeu? E quais as iniciativas legislativas em preparação que deviam ser prioritárias?

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 145/XII/ 3.ª SL

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) interveio para referir que tendo Portugal um imenso território imerso, a aposta deveria ser feita, mais na vertente marítima do que na terrestre. Se esta era a realidade, porque apenas 2,5% do PIB era originário do mar? Referiu-se, ainda, à área científica e à criação de condições para dotar a capacidade de realizar investimentos; e ao conceito de política externa na área do direito internacional, política económica, social e ambiental. E também, se pronunciou sobre o alargamento do Canal do Panamá e o trânsito no Pacífico, bem como na possibilidade de o presente debate transbordar para as entidades que decidem sobre estas matérias.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) centrou a sua intervenção na relação entre a importância do mar para a economia nacional e as decisões dos partidos do Governo relativamente ao desmantelamento da indústria naval e à abdicação dos interesses de Portugal em matéria de pescas, no plano europeu.

O Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) pronunciou-se sobre o reforço da capacidade científica e tecnológica das universidades relacionada com o mar: qual o estado da arte em matéria de atualização dos projetos de investigação científica? Como potenciar esta enorme riqueza que é o mar? Como conseguir e incentivar investimentos para criar ativos em Portugal?

O Senhor Presidente da Comissão considerou que se estava na pré-história do mar, em Portugal. Estava-se no início de um processo que teria impacto, no país, a longo prazo. A preocupação residia no facto de sair da fase de incompreensão do que é o mar português; quais as possibilidades de acelerar este processo para o colocar ao serviço do povo; em matéria de recursos naturais, também era necessário desenvolver uma economia transformadora para que não se convertesse, apenas, em exportador de matéria-prima.

O Senhor Professor Mário Ruivo respondeu que, no futuro, Portugal poderia passar de 2,5% do PIB para um espaço gigantesco. Desde 1998 que vinha sendo feito um esforço nas *frinchas*, conseguindo criar recursos humanos altamente qualificáveis. A

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 145/XII/ 3.ª SL

acumulação de conhecimento começava agora a emergir. Era preciso transformar o conhecimento em tecnologias. Era costume questionarem-no sobre a capacidade dos empresários nacionais se inserirem neste projeto. Considerava muito importante a iniciativa do Presidente ao formular o convite para expor perante a Comissão o tema em apreciação, bem como a capacidade dos grupos parlamentares procederem ao seu acompanhamento e de entenderem a importância da convergência neste domínio. Considerava, também, que se devia prosseguir seriamente para manter linhas significativas de respostas aos problemas que se apresentassem. Importante, igualmente, era a criação de *joint-ventures*, em parceria com outros países e ser reforçada a ligação com os países da CPLP.

O Senhor Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, agradeceu ao Senhor Professor Mário Ruivo a proveitosa contribuição que deu para o debate em curso. Considerou que estas iniciativas podiam desempenhar um papel importante na mudança de mentalidades e salientou que a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas tem sobre o mar a perspetiva de interesse e de projeto nacional. A final, recordou uma frase, em tempo, transcrita num jornal nacional – “É preciso por o mar na política”.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo, podendo ser acedida [aqui](#).

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 17:52 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 julho 2014.

O PRESIDENTE



(SÉRGIO SOUSA PINTO)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 145/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Carlos Páscoa Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
Jorge Rodrigues Pereira
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ana Paula Vitorino
Cristóvão Norte
Duarte Marques

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Laurentino Dias

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carlos Alberto Gonçalves
Helena Pinto
Mário Magalhães